



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 2.196/98

LINO MARTINS, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõem a Lei nº 1248/75 - Código Tributário do Município de Bandeirantes e o Decreto nº 2.186/97, de 05/12/97.

SÚMULA: - Dispõe sobre o sistema de arrecadação, a codificação das atividades de prestação de serviços, uso de documentos e livros fiscais e sobre outros procedimentos afins concernentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

DECRETA

SEÇÃO I

DA ESCRITURAÇÃO DO LIVRO FISCAL

Art. 1º - O Livro Fiscal - REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS PRESTADOS - modelo 51 destina-se à escrituração do movimento dos serviços prestados para os quais se exige emissão de Notas Fiscais de Serviços, à apuração do Imposto devido e ao registro dos recolhimentos respectivos.

Art. 2º - A escrituração será feita segundo a data de emissão das Notas Fiscais de Serviços, pelos totais diários das operações sujeitas à mesma alíquota, sendo permitido o registro conjunto dos documentos de numeração seguida, emitidos em talões da mesma série.

Art. 3º - A escrituração será feita nos quadros e colunas próprios, na seguintes forma:

I - quadro “Mês de Incidência” e “Ano”: indicação do mês e ano em que ocorreu a emissão das Notas Fiscais de Serviços;

II - colunas sob o título “Notas Fiscais de Serviços”: indicação do dia da emissão, série e números inicial e final das Notas Fiscais de Serviços emitidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III - colunas sob o título “Série A e E”: destinam-se, exclusivamente, à escrituração do valor de Notas Fiscais de Serviços, Série A e E, relativas às operações tributadas pelo Imposto Sobre Serviços:

- a) coluna “Base de Cálculo”: indicação do valor sobre o qual incide o Imposto Sobre Serviços;
- b) coluna “Alíquota”: indicação da alíquota do Imposto Sobre Serviços aplicável sobre a base de cálculo referida na letra “a” supra;
- c) coluna “Imposto devido”: indicação do montante do Imposto devido.

IV - coluna “Série C”: destina-se à escrituração do valor de Notas Fiscais de Serviços, Série C, relativas a operações isentas ou não tributadas pelo Imposto Sobre Serviços;

V - Coluna “Observações”: anotações diversas;

VI - linha “Total do mês” ou “a transportar”: indicação do somatório dos valores constantes das colunas respectivas;

VII - quadro “Resumo do Mês por alíquota”:

- a) coluna “Base de Cálculo”: indicação do valor total das Notas Fiscais, emitidas no mês de incidência, sujeitas à mesma alíquota;
- b) coluna “Alíquota”: indicação das alíquotas aplicáveis às respectivas bases de cálculo;
- c) coluna “Imposto Devido”: indicação do valor total do Imposto Sobre Serviços devido por alíquota;
- d) linha “Total”: destina-se à totalização dos valores constantes da coluna “Imposto Devido”.

VIII - quadro “Recolhimento Relativo ao Mês de Incidência”: destina-se ao Registro do número, data de recolhimento, valor total recolhido e órgão arrecadador, constantes do Documento de Arrecadação Municipal - DAM - utilizado para recolhimento do Imposto Sobre Serviços, devido no mês de incidência:

- a) linha “Total”: destina-se à totalização do “Valor Total Recolhido”, no mês de incidência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 4º - Os prestadores de serviços que exerçam atividades enquadradas em mais de um código de serviços deverão:

- a) quando em caráter eventual, escriturar em folhas distintas o movimento relativo a cada atividade exercida;
- b) quando em caráter permanente, utilizar livros distintos para cada uma das atividades exercidas.

Art. 5º - Os estabelecimentos gráficos que confeccionarem impressos para fins fiscais, para terceiros ou para uso próprio, deles farão constar obrigatoriamente sua firma ou razão social, endereço, número de inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - CMC - bem como a data e a quantidade de cada impressão, apostos tipograficamente.

Art. 6º - Os estabelecimentos gráficos somente poderão confeccionar Notas Fiscais mediante prévia autorização da Secretaria de Fazenda do Município.

Art. 7º - A autorização será concedida, por solicitação do estabelecimento gráfico, através da “Autorização para Impressão de Documentos Fiscais do Imposto Sobre Serviços” que deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

I - a denominação “Autorização para Impressão de Documentos Fiscais do Imposto Sobre Serviços”;

II - Número de ordem;

III - Nome, endereço e números de inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - CMC - no CGC (MF) e estadual, do estabelecimento impressor;

IV - nome, endereço e números de inscrição e código de atividade no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - CMC -, no CGC (MF) do usuário - dos documentos fiscais a serem confeccionados;

V - a espécie do documento fiscal, série e subsérie, se houver, indicação da numeração inicial e da final, quantidade e tipo dos documentos a serem impressos;

VI - a data do pedido e a identificação do responsável pelo estabelecimento usuário;

VII - as assinaturas do responsável pelo estabelecimento usuário do documento a ser confeccionado e do responsável pelo estabelecimento impressor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

VIII - quadro destinado à indicação da data de entrega dos documentos impressos e número, série e subsérie da Nota Fiscal de Serviços, emitida pelo estabelecimento impressor e a assinatura da pessoa a quem tenha sido feita a entrega;

IX - quadro destinado à repartição fiscal, para indicação da data e assinatura, sobre carimbo, da autoridade competente que autorizou a impressão.

Art. 8º - O formulário será preenchido, no mínimo, em 03 (três) vias que, concedida a autorização, terão os seguintes destinos:

1ª via – Prefeitura Municipal de Bandeirantes - para juntada ao arquivo do Serviço de Fiscalização, da Secretaria de Fazenda;

2ª via - estabelecimento usuário;

3ª via - estabelecimento impressor.

Art. 9º - A “Autorização para Impressão dos Documentos Fiscais do Imposto Sobre Serviços” terá as seguintes dimensões: 215 mm na horizontal x 290 mm na vertical.

Art. 10 - Os requisitos constantes dos itens I, II e III, do artigo 7º, serão impressos tipograficamente.

Art. 11 - O contribuinte, uma vez ultimada a respectiva inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, terá o prazo de 10 (dez) dias para promover a autenticação de seus documentos fiscais.

§ 1º - Igual prazo será observado pelo contribuinte, a partir da data em que se esgotarem os livros fiscais, para efeito de sua substituição.

§ 2º - As 05 (cinco) últimas folhas dos livros fiscais, de que trata este Decreto, serão de uso exclusivo do Fisco, para anotações das ocorrências.

Art. 12 - Os livros fiscais, que serão impressos e de folhas numeradas tipograficamente em ordem crescente, só poderão ser usados depois de visados pelo Serviço de Fiscalização da Secretaria de Fazenda, não podendo conter emendas ou rasuras.

§ 1º - O “Visto” será gratuito e apostado em seguida ao Termo de Abertura, lavrado e assinado pelo contribuinte.

§ 2º - O contribuinte fica obrigado a apresentar os Livros Fiscais na Secretaria de Fazenda, dentro de (trinta) dias, contados na data da cessação da atividade, afim de serem lavrado os termos de encerramento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 3º - Salvo hipótese de início de atividade, os livros novos serão visados mediante a apresentação do livro anterior a ser encerrado.

Art. 13 - Os Livros Fiscais são de exibição obrigatória ao Fisco, devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de encerramento.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas quanto ao Fisco examinar livros, arquivos, documentos, papéis e feitos fiscais de serviços ou comerciais, de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

SEÇÃO II DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

Art. 14 - A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS - Série A, modelo 14, será emitida quando da prestação do serviço e deverá conter as seguintes indicações:

- I - a denominação “Nota Fiscal de Serviços”;
- II - a série A, número de ordem e número da via;
- III - o nome, endereço e os números de inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes (CMC) e no CGC/CPF/ (MF), em sendo o caso, do emitente;
- IV - o nome, o endereço e o número de inscrição e código de atividade no Cadastro Mobiliário de Contribuintes (CMC) e no CGC/CPF/ (MF), estadual, em sendo o caso, do usuário final ou destinatário;
- V - a discriminação, quantidade e demais elementos que permitam a perfeita identificação do serviço prestado;
- VI - os preços unitários e total do serviço prestado e o valor total da nota;
- VII - a data da emissão;
- VIII - o nome, o endereço e os números de inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes (CMC) e no CGC (MF), estadual, do impressor da Nota Fiscal, a quantidade de impressão e o número de “Autoriza-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ção para Impressão de Documentos Fiscais do Imposto Sobre Serviços”.

Parágrafo Único - As indicações dos incisos I, II, III e VIII serão impressas tipograficamente.

Art. 15 - A nota fiscal - FATURA DE SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS, modelo 20, é de emissão obrigatória, antes do recebimento de qualquer importância relativa a serviços prestados, durante o mês decorrido e deverá conter as seguintes indicações:

- I - a denominação Nota Fiscal-Fatura de Serviços;
- II - o número de ordem e o número da via;
- III - a natureza da operação e a indicação do serviço prestado;
- IV - a data de emissão;
- V - o nome, o endereço e o número de inscrição e código de atividade no Cadastro Mobiliário de Contribuinte (CMC) e no CGC/CPF (MF), estadual, em sendo o caso, do emitente;
- VI - o número da Nota/Fatura, o valor da Fatura/Duplicata, o número de ordem da Duplicata, a data do vencimento;
- VII - o nome, o endereço, a praça do pagamento e o número de inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes (CMC) e no CGC/CPF (MF), estadual, em sendo o caso, do sacado;
- VIII - o número e folhas do livro Copiador em que será copiada a Fatura respectiva;
- IX - a discriminação, quantidade e demais elementos que permitam a perfeita identificação do serviço prestado, mencionando o local da prestação, quando o serviço for efetuado fora do Município;
- X - os preços unitários e total do serviço prestado e o valor total da Nota-Fatura de Serviços Prestados a Terceiros;
- XI - o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes (CMC) e no CGC (MF), estadual, do impressor da Nota Fiscal - Fatura de Serviços Prestados, a quantidade de impressão, o número de ordem da primeira e da Última Nota/Fatura impres-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

sa e o número da “Autorização para Impressão de Documentos Fiscais do Imposto Sobre Serviços”;

XII - as indicações dos itens I, II, V e XII serão impressas tipograficamente.

SEÇÃO III DA NOTA FISCAL SIMPLIFICADA DE SERVIÇOS

Art. 16 - Por despacho do Coordenador de Tributos Mobiliários, em processo regular, e a requerimento de sujeito passivo, poderá ser autorizada a emissão da Nota Fiscal Simplificada de Serviços, em substituição à Nota Fiscal de Serviços, em que é dispensada a identificação do tomador de serviços.

Parágrafo Único - A Nota Fiscal Simplificada de Serviços referida neste artigo, por não mencionar o tomador de serviços, não pode ser utilizada para fins de comprovação de deduções legalmente admitidas.

Art. 17 - A Nota Fiscal Simplificada de Serviços, conterá:

I - a denominação “Nota Fiscal Simplificada de Serviços”;

II - o número da ordem, a série e o número da via;

III - a data de emissão;

IV - o nome, o endereço e o número de inscrição e código da atividade do emitente no Cadastro Mobiliário de Contribuintes;

V - a discriminação, quantidade e demais elementos que permitam a perfeita identificação do serviço prestado;

VI - os preços unitários e total de serviços prestado e o valor total da Nota;

VII - o nome, o endereço e o número de inscrição e código da atividade no Cadastro Mobiliário de Contribuintes (CMC) e, sendo o caso, no CGC estadual do impressor da nota, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem da primeira e da última nota impressa e respectiva série e o número de Autorização para impressão de Documentos Fiscais do ISS.

§ 1º - As indicações dos incisos I, II, IV e VII serão impressas tipograficamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - A Nota Fiscal Simplificada de Serviços terá tamanho não inferior a 8,0 x 10,00 cm, em qualquer sentido.

§ 3º - A Nota Fiscal Simplificada de Serviços será extraída, no mínimo, em 2 (duas) vias, sendo a 1ª. entregue ao tomador do serviço e a 2ª presa ao bloco, para exibição ao Fisco.

§ 4º - A Nota Fiscal Simplificada de Serviços será escriturada no Livro de Registro de Notas Fiscais, modelo 51.

SEÇÃO IV

DO REGIME ESPECIAL PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS EM SUBSTITUIÇÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇOS OU LIVROS FISCAIS

Art. 18 - Em casos especiais e tendo em vista facilitar o cumprimento, pelos contribuintes, das obrigações fiscais, mediante despacho fundamentado do Coordenador de Tributos Mobiliários, em processo regular e a requerimento do sujeito passivo, poderá ser permitida a adoção de regime especial para a emissão de documentos e escrituração de livros fiscais.

Art. 19 - Quando a solicitação de regime especial se destina à emissão de documentos fiscais, deve ser instruída com os seguintes dados e documentos:

I - menção do nº de inscrição e código de atividade do contribuinte no Cadastro Mobiliário;

II - modelo dos documentos fiscais especiais em duas vias.

Parágrafo Único - Os documentos fiscais devem conter, independentemente dos demais elementos que se fizerem necessários, as seguintes indicações:

I - o número de ordem, a série e o número da via;

II - o nome, o endereço e o número de inscrição e código de atividade no Cadastro Mobiliário de Contribuintes (CMC).

Art. 20 - Quando a solicitação de Regime Especial se destina à escrituração de livros fiscais, deve ser instruída com os seguintes dados e documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- I - menção do número de inscrição e código de atividade do contribuinte no Cadastro Mobiliário;
- II - modelo dos livros fiscais especiais, em duas vias;
- III - relatório com a descrição detalhada da rotina ou procedimento especial de escrituração fiscal.

Art. 21 - Quando a solicitação de regime especial se destina à emissão de cupons, deve ser instruída com os seguintes dados e documentos:

- I - menção do número de inscrição e código de atividade do contribuinte no Cadastro Mobiliário;
- II - cópia de atestado de garantia e lacração da máquina registradora fornecido pelo fabricante ou agente autorizado, onde conste que:
 - a) a máquina não possui, ou foram neutralizados, dispositivos para efetuar registros, sem que as importâncias sejam acumuladas no totalizador geral ou nos totalizadores parciais;
 - b) a máquina não possui dispositivos capazes de desligar a emissão dos cupons.

§ 1º - O cupons das máquinas registradoras devem conter, no mínimo:

- I - o nome, o endereço e o número de inscrição e código de atividade do emitente, no Cadastro Mobiliário de Contribuintes;
- II - a data da emissão do cupom;
- III - o número de ordem;
- IV - o preço total do serviço prestado.

§ 2º - O contribuinte beneficiado pelo regime especial, de que trata este artigo, fica obrigado a:

- I – arquivar, em ordem cronológica, a fita de detalhes;
- II - escriturar, diariamente, os totais das operações no livro fiscal, nas colunas destinadas às Notas Fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 22 - O Regime Especial, concedido especificadamente a um serviço do contribuinte, não pode ser estendido a qualquer outro serviço.

Art. 23 - A autorização para adoção de regime especial pode ser cassada a qualquer tempo, podendo ser concedido ao contribuinte o prazo de 30 (trinta) dias para enquadrar-se nos termos da legislação vigente.

Art. 24 - Os contribuintes já portadores de regime especial para emissão ou escrituração de livros e documentos fiscais devem requerer a sua convalidação até o dia 28 de fevereiro de 1998.

Parágrafo Único - Até a decisão do pedido de convalidação, os contribuintes poderão utilizar-se do regime concedido.

Art. 25 - Serão considerados revogados, a partir de 01 de março de 1998, todos os regimes especiais cujos portadores não tenham atendido ao disposto neste Decreto.

Art. 26 - A solicitação de convalidação do regime especial em vigor deve ser instruída nos termos dos artigos 1º a 2º, deste Decreto.

Art. 27 - Esgotados os documentos fiscais impressos de acordo com os modelos anteriormente aprovados em regime especial, a nova confecção dependerá da “Autorização para Impressão de Documentos Fiscais do Imposto Sobre Serviços”, concedida em formulário próprio, devendo ser mencionado no campo “observações” o número do processo que autorizou o regime especial.

SEÇÃO V DA BAIXA DA INSCRIÇÃO

Art. 28 - O contribuinte que encerrar suas atividades fica obrigado a requerer a baixa de sua inscrição, na Seção de Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da última operação.

Art. 29 - O pedido de baixa da inscrição deverá conter o nº do CMC e a data do encerramento e será instruído, no que couber, com os seguintes documentos:

I - Alvará de Licença a ser cancelado;

II - Livros Fiscais, usados e em uso, do Imposto Sobre Serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III - Notas e Documentos Fiscais de Serviços, utilizados ou não;

IV - Cópia da Carteira Profissional onde conste que o contribuinte passou a prestar serviços em relação a emprego;

V - Balanço de encerramento;

VI - Documentos de Arrecadação não utilizados.

Art. 30 - O pedido de baixa, antes de ser protocolizado, deve ser visado pelo Serviço de Acompanhamento e Controle da Secretaria Municipal de Fazenda, a fim de verificar a exatidão do processo e existência ou não de débitos mobiliários, ficando facultada a solicitação de outros documentos necessários à instrução do processo.

Art. 31 - Não sendo o contribuinte localizado no domicílio fiscal eleito, a Secretaria de Fazenda do Município determinará que a inscrição seja baixada de ofício.

Art. 32 - Nos casos de baixa de ofício, a inscrição e o alvará de licença serão considerados sem efeito para todos os fins, a partir da publicação da baixa no órgão oficial do Município e/ou em edital fixado na Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 33 - A anotação de cessação ou paralisação da atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 34 - Ficam dispensadas do uso do Livro Fiscal e Notas Fiscais de Serviços os contribuintes sujeitos ao lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, cuja base de cálculo seja por alíquotas fixas.

SEÇÃO VI NORMAS COMPLEMENTARES

Art. 35 - Exceto a Nota Fiscal de Serviço Simplificada, as demais Notas serão de tamanho não inferior a 10 x 15 cm, em qualquer sentido, extraídas em, no mínimo, 3 (três) vias, sendo que a última via deve ficar presa ao bloco, para exibição ao fisco.

Art. 36 - Os documentos fiscais, emitidos de acordo com as disposições deste Decreto, serão extraídos por decalque ou carbono ou em papel



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

carbono, devendo ser preenchidos a máquina ou manuscritos, com dizeres e indicações facilmente legíveis em todas as vias.

Parágrafo Único - O cancelamento de notas fiscais só será válido, quando todas as vias permanecerem no bloco.

Art. 37 - Serão considerados inidôneos os documentos fiscais que contiverem indicações inexatas, emendas ou rasuras que lhes prejudiquem a clareza.

Art. 38 - Os documentos fiscais serão numerados por espécie, em ordem crescente de 1 a 999.999 e enfeixados em blocos uniformes de vinte, no mínimo, e cinquenta, no máximo.

Parágrafo Único - Atingindo o número limite, a numeração deverá ser recomeçada precedida da letra A e, sucessivamente, com a junção de nova letra na ordem alfabética.

Art. 39 - Os blocos serão usados de acordo com a ordem de numeração dos documentos e nenhum bloco será usado sem que estejam simultaneamente em uso, ou já tenham sido usados, os de numeração inferior.

Art. 40 - Cada estabelecimento, seja matriz, sucursal, agência, depósito ou qualquer outro, terá talonário próprio.

Art. 41 - Fica facultada à Secretaria de Fazenda do Município a apreensão de documentos fiscais, confeccionados ou em uso, em desconformidade com as normas deste Decreto.

Art. 42 - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, 30 de janeiro de 1998.

Lino Martins
Prefeito Municipal